

Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes¹

Spaces-times of peoples and traditional communities:
research's notes on economy, culture and
knowledge production

Lia TIRIBA²

Maria Clara Bueno FISCHER³

Resumo

Para refletir sobre economia, cultura e produção de saberes, o texto se fundamenta em pesquisas sobre espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente, em particular, os das culturas milenares dos povos e comunidades tradicionais. Fontes documentais evidenciam resistência desses grupos à chamada sociedade envolvente, que busca submeter a natureza ao seu controle. Seus modos de vida revelam que, no contexto da acumulação flexível, mediações primárias se sobrepõem às de segunda ordem do capital. Reafirmando o trabalho como princípio educativo, indica que saberes são tecidos nas práticas econômico-culturais, as quais devem se constituir como objeto de novas investigações no Campo Trabalho e Educação.

Palavras-chave: Trabalho e Educação. Comunidades e Povos Tradicionais. Economia e Cultura. Produção de Saberes.

Abstract

In order to reflect on economy, culture and production of knowledge, the text is based on investigations on space/times of producing life associatively, in particular the ancient cultures of the peoples and traditional communities. Documentary sources show resistance of these groups to the so called surrounding society, which seeks to subject the nature of their control. Their way of life show that, in the context of flexible accumulation, primary mediations overlap with the mediation of the second order of capital. Reaffirming the work as an educational principle, the article indicates that knowledge are woven in the economic-cultural practices, which should be an object of further research in the field of Work and Education.

Keywords: Work and Education. Peoples and Traditional Communities. Economy and Culture. Production of Knowledge.

-
- 1 O texto tem como referência as exposições das autoras na Mesa Redonda *Comunidades tradicionais, produção associada e produção de saberes*, no SEMIEDU 2014, UFMT, em 26/11/2014, cujos participantes foram, além das mesmas, o professor Edson Caetano (UFMT). Agradecemos as contribuições de Narrinan Botelho, bolsista de Iniciação Científica (FAPERJ) e, especialmente, ao Prof. Dr. Edson Caetano que, de forma carinhosa e atenta, leu e opinou sobre o conteúdo do texto, antes de sua finalização. Apoio CNPq (Bolsa PQ Maria Clara Bueno Fischer).
 - 2 Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Neddade – Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação. <<http://www.neddade.uff.br/>>. Endereço institucional: Universidade Federal Fluminense; Faculdade de Educação; Campus do Gragoatá; s/n. Bloco D - sala 525; Niterói/RJ. Tel: (021) 26292684. Email: <liatiriba@gmail.com>.
 - 3 Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista PQ/CNPq, Coordenadora do Grupo de Pesquisa (CNPq) Trabalho, Educação e Conhecimento. Endereço institucional: Av. Paulo Gama; Prédio 12201, 110 CEP: 90040-060 - Porto Alegre/RS. Tel.: (051) 33083434. Email: <clarafis@cpovo.net>.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 24	n. 56	p. 405-428	maio/ago. 2015
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

Algún día la Ciencia natural se incorporará La Ciencia Del hombre, Del mismo modo que La Ciencia Del hombre se incorporará La Ciencia natural; habrá solo una Ciencia. (Karl Marx. Manuscritos: economía y filosofía, 1995, p. 153).

À guisa de introdução

Por que pesquisadores e pesquisadoras do Campo de Pesquisa Trabalho e Educação se dedicam à análise da vida cotidiana de comunidades tradicionais? Por que insistem em estudar modos de produção da vida social distintos do modo de produção capitalista? Elegem como objeto de investigação uma determinada atividade de trabalho ou o conjunto das atividades necessárias à reprodução ampliada da vida. Também podem eleger a escola, a igreja ou programas sociais como elementos de mediação na (con)formação da vida da comunidade. Querem se debruçar em espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente, em que as relações econômico-culturais são fundadas na apropriação coletiva dos meios de produção (territorialidade); na solidariedade no processo de trabalho (minga, por exemplo) e na repartição igualitária dos frutos do trabalho (geralmente seguida de uma grande festa). Esses/as pesquisadores/as querem adentrar em outras culturas do trabalho e, por conseguinte, em outras dimensões da formação humana.

Comunidade tradicional pantaneira de São Pedro de Joselândia, Comunidade tradicional do Imbé, Comunidade quilombola Campina de Pedra, Comunidade quilombola Capão Verde, Assentamento Rural 14 de Agosto (Campo Verde), Comunidades tradicionais de Cáceres, Comunidades de pescadores e pescadoras artesanais do Pantanal Matogrossense, aldeias da etnia Chiquitano. Para pesquisadores/as do Campo Trabalho e Educação e, em especial, para o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GPTE/UFMT) não é difícil constatar que Mato Grosso é um terreno fértil para o (re)conhecimento dos saberes que se plasmam em processos de produção da vida social, em que homens e mulheres, mediados pelo trabalho, controlam e regulam o seu metabolismo com a natureza e, em cujas relações, não se verificam a apropriação individual dos meios de produção e, tampouco, a exploração dos seres humanos pelos seres humanos. Com eles/as aprendemos que, neste Estado, existem 45 etnias, localizadas em 78 terras indígenas, que lutam pela demarcação e proteção de suas terras; 68 comunidades pantaneiras e 69 comunidades quilombolas espalhadas nos biomas do Pantanal, Cerrado e Amazônia.

Os pesquisadores compreendem que a terra e outros seres não humanos são a condição natural da existência humana. E que essa é uma premissa básica para se pensar as relações entre seres humanos e natureza, ou melhor, entre seres humanos e

outros elementos na natureza. O que lhes permite falar do trabalho como princípio educativo é a compreensão da centralidade do trabalho na formação humana; é o entendimento de que só é possível existir vida humana na face da Terra se, mediados pelo trabalho, os seres humanos transformam a si mesmos e a natureza em seu entorno. As dimensões onto-criativas do trabalho, consideradas na sua historicidade, são o fundamento das relações viscerais entre trabalho e educação. Percebemos e apreendemos os fenômenos da natureza e, no encontro com ela, modificamos a nós mesmos como elementos da natureza; produzimos cultura e nos produzimos como seres de cultura. Na relação com o outro ser humano, com outros grupos e classes sociais, produzimos saberes sobre possíveis maneiras de estar no mundo. Nessa perspectiva, Trabalho e Educação ou Trabalho-Educação não são duas palavras que, de maneira simplória, podem se apresentar separadas por um hífen. Ao contrário de um agrupamento de palavras, devem ser entendidas na sua dialeticidade.

A grande questão é como e em que condições históricas, objetivas e subjetivas, os seres humanos *fazem uso* da natureza para transformá-la. Transformá-la em quê? A serviço de que e de quem? Para quê? Como? Por serem as relações seres humanos/natureza mediadas pelo trabalho, é preciso considerar as diversas formas que o trabalho adquire ao longo da história da humanidade, tendo em conta o *conjunto* das relações sociais de produção da existência humana (THOMPSON, 1981). Por que se produz? Como se produz? Para quem se produz? Como são repartidos os frutos do trabalho? Que sentidos e valores são atribuídos ao trabalho? Que conhecimentos são produzidos? A natureza serve apenas como matéria-prima para satisfação das necessidades e desejos dos seres humanos? Na verdade, não se trata de entender questões de *ordem econômica* ou de *ordem cultural*, mas de apreender as relações econômico-culturais que tecem os fios da produção da existência humana, no intercâmbio com outros seres da natureza.

Exatamente pela riqueza das culturas que se constituem e se expressam como modos de vida que se contrapõem à racionalidade capitalista, não poderia passar despercebido que o Estado do Mato Grosso (MT) é conhecido como a *capital do agronegócio*, pretensamente sustentável, onde se verificam a exploração sobremaneira dos ecossistemas, a degradação da biodiversidade e do próprio ser humano. Ao mesmo tempo, verifica-se uma forte resistência por parte dos que lá habitam. Reconhecendo que o *Mapa dos conflitos socioambientais no Estado do Mato Grosso* não esgota as inúmeras situações existentes e tampouco as invisíveis, Michèle Sato et al. (2013, p. 124) nos informam: “[...] 194 pontos de ocorrência com 359 causas propulsoras, sendo 68 desses pontos denunciados com ameaças de morte e 12 locais sinalizam a prática desumana do trabalho escravo [...]”, o que nos possibilita constatar o “[...] cenário de insustentabilidade social e ecológica do modelo de desenvolvimento instituído em MT” (SATO et al., 2013, p. 124).

Como assinalou Edson Caetano, em sua fala no Seminário de Educação (SEMIEDU),

Mato Grosso é a terra do agronegócio, mas também é a terra de centenas de comunidades quilombolas, indígenas, pantaneiras, ribeirinhas, etc., as quais, muitas vezes, podem estar invisíveis aos olhos de seus vizinhos: o povo matogrossense. (informação verbal)⁴.

Na perspectiva do GPTE, o desafio da pesquisa em Trabalho e Educação é contribuir, de alguma maneira, para a autodeterminação dos povos, para o direito de escolher e decidir soberanamente sobre suas formas de produzir a vida. Por meio da pesquisa, o GPTE quer contribuir com a preservação e o desenvolvimento de práticas que vão *de* encontro ao modo capitalista de produção da vida social. Como lembra Frigotto (1998, p. 47):

As pesquisas sobre trabalho-educação podem encontrar um terreno fértil ao buscar desvendar, ao mesmo tempo, as mediações de segunda ordem, ordenadas pelo capital, cujo horizonte teórico é de natureza estrutural-funcional, e os elementos e indícios de novas [ou antigas⁵] relações sociais e formativas, cujo fundamento são as mediações de primeira ordem⁶ que vinculam trabalho e educação, cultura e tecnologia.

No Estado do Mato Grosso, pesquisas têm nos informado que, mesmo no contexto da acumulação flexível do capital, é possível identificar, nas comunidades tradicionais, características significativas de práticas econômico-culturais fundadas também em mediações de primeira ordem⁷. No entanto, pensamos ser necessário ter uma visão para além das fronteiras deste extenso Estado, de maneira a tornar

4 Citação retirada da exposição do professor Edson Caetano na Mesa Redonda *Comunidades tradicionais, produção associada e produção de saberes*, no SEMIEDU 2014, UFMT, em 26 nov. 2014.

5 Nas relações sociais e formativas de povos e comunidades tradicionais encontramos mediações de primeira ordem que vinculam trabalho e educação, tecnologia e culturas. Por isso o acréscimo *ou antigas* na citação.

6 Ao longo do texto faremos referência e explicitaremos a compreensão de Mészáros (2006) sobre mediações de primeira e segunda ordem.

7 Estamos nos referindo às pesquisas sobre povos e comunidades tradicionais realizadas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação – GPTE/UFMT, sob coordenação do Prof. Dr. Edson Caetano do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, cujo objetivo é “[...] analisar as relações entre trabalho e educação presentes nos processos de produzir a vida associativamente, em especial nas chamadas ‘comunidades tradicionais’ da Baixada Cuiabana (Mato Grosso)” (CAETANO, 2011, p. 8-9).

mais nítida a existência de um grande número de territórios onde se verifica a produção não capitalista⁸. Referimo-nos aos povos da floresta, comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos e outros povos e comunidades tradicionais milenares situadas na Ásia, África, nas Américas (México, Peru, Bolívia, Equador, por exemplo). Por insistirem em conservar seu modo de vida, são espaços/tempo de longa duração que perduram em diversos momentos históricos, mesmo quando o modo de produção capitalista tem hegemonia em relação aos demais modos de produção da vida social⁹.

Como pesquisadoras, queremos focalizar modos de produção da existência humana fundados em mediações de primeira ordem que, ao contrário das mediações de segunda ordem do capital, têm como finalidade a preservação das funções vitais de reprodução individual e da totalidade dos seres humanos. Modos de estar no mundo, em que o metabolismo entre ser humano e natureza pressupõe a regulação do processo de trabalho em sintonia com a natureza; requer a organização, coordenação e controle das múltiplas atividades, materiais e culturais, visando um sistema de reprodução social cada vez mais complexo. A luta contra a escassez tem como referência a alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, por meio da utilização econômica (no sentido de *economizar*) dos meios de produção, respeitando os níveis de produtividade e os limites sócio-econômicos existentes (MÉSZÁROS, 2006).

Elegendo esse Estado como campo empírico ou estendendo nosso olhar para culturas milenares dos povos originários latino-americanos, o horizonte é a apreensão do mundo real como expressão de uma totalidade social, que é histórica e socialmente construída. Mas, não seriam os povos e comunidades tradicionais um campo empírico-teórico da Antropologia e de todos aqueles que se dedicam às questões ambientais? Ao invés de aprisionar a investigação neste ou naquele campo de estudo ou pesquisa, nunca é demais atizar o olhar, buscar referenciais teóricos diversos para tornar visíveis as múltiplas dimensões da vida real. Este é o nosso propósito.

8 Sobre análises de experiências de produção não capitalista, autogestão do trabalho e da vida social ver o interessante sítio eletrônico de Cláudio Nascimento: <<http://claudioautogestao.com.br/>>.

9 “Exemplos de resistência econômico-cultural podem ser encontrados em diversos países. Movimentos populares lograram aprovar, na Constituição do Equador, promulgada em 2008, o reconhecimento das práticas econômico-culturais dos povos milenares que lá habitam. Na Bolívia, por sua vez, são históricas as lutas de sublevação dos indígenas por terra, território, pela defesa dos recursos naturais e independência dos colonizadores. No México, é emblemática a luta do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), desde 1983 e que até os dias atuais põe em prática a lógica da organização coletiva da vida em Chiapas. No Peru, em 2008, representantes dos povos indígenas e das comunidades camponesas redigiram o documento *Agenda Nacional Indígena e Campesina*, na qual reafirmam a autodeterminação e a autonomia de suas lutas” (TIRIBA; FISCHER, 2013, p. 8-9).

Neste texto, socializamos algumas descobertas de pesquisas¹⁰, em particular, sobre um singular espaço/tempo do trabalho de produzir a vida associativamente: o das culturas milenares dos povos e comunidades tradicionais. Em primeiro lugar, para contextualizar o cenário do regime de acumulação flexível, onde estão imersas as comunidades e povos tradicionais, apresentamos trechos de matérias publicadas no jornal *Brasil de Fato*. São matérias que evidenciam a racionalidade hegemônica e homogeneizadora da chamada sociedade envolvente, a qual busca submeter todos os elementos da natureza ao seu controle. No segundo momento, ao invés de constatar a diversidade cultural dos grupos denominados *povos e comunidades tradicionais*, buscamos identificar *a unidade do diverso* (MARX, 1978). Assim, para refletir sobre a produção de saberes em comunidades tradicionais, debruçamo-nos sobre os atributos que podem ser considerados comuns a esses grupos, destacando que suas práticas econômicas são, fundamentalmente, práticas econômico-culturais. Na conclusão, elencamos uma série de desdobramentos e desafios de investigação para o Campo Trabalho e Educação a respeito das relações entre economia e cultura em povos e comunidades tradicionais.

Brasil de Fato: mediações de segunda ordem do capital e formas de resistência

A batalha pela fronteira Munduruku. Este é o título de uma matéria publicada no jornal Brasil de Fato, em 11 de dezembro de 2014. Trata-se do povo Munduruku, um grupo étnico composto por mais de 13 mil homens, mulheres e crianças que vivem nas margens do Rio Tapajós e de seus afluentes. Depois de aguardar *sine die* a ação da Fundação Nacional do Índio (Funai) quanto à demarcação da terra indígena SawréMuybu – com um pouco mais de 178 mil hectares, em Itaituba, Oeste do Pará, onde vivem 113 pessoas – a autodemarcação se tornou algo premente. Concluído em setembro de 2013 e composto de 193

10 As pesquisas que substanciam teórica e empiricamente este texto estão integradas ao projeto de pesquisa *Trabalho, educação e produção associada: fios do 'econômico' e do 'cultural' na tessitura de relações sociais não capitalistas*, coordenado pela Profa. Dra. Lia Tiriba (UFF), com a participação do Prof. Dr. Edson Caetano (UFMT) e da Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer (UFRGS), o qual tem como objetivo reunir fundamentos teóricos e empíricos que substanciem a análise dos nexos existentes entre economia e cultura na tessitura das relações sociais. Com o trabalho de campo realizado no Rio de Janeiro, Mato Grosso e Rio Grande do Sul pretende-se: a) recuperar o pensamento do historiador E. P. Thompson sobre as relações históricas entre economia e cultura na organização da vida social; b) perceber elementos econômico-culturais na conformação de experiências de produção associada que, hoje, se localizam no campo e na cidade; c) identificar práticas e saberes do trabalho associado que configuram a cultura do trabalho.

páginas que atestam sobre os vínculos históricos que os Munduruku têm com este território, o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena SawréMuybu, de um grupo de técnicos da Funai, deveria ter sido o último requisito para a demarcação das terras. No entanto, interesses escusos – entre eles o de construção da hidrelétrica de São Luiz de Tapajós, que, por ser a terceira maior do país, é considerada estratégica pelo governo federal – paralisaram o processo. Além de ameaçados, constantemente, por invasões de madeireiros e garimpeiros, a construção de usinas provocará o alagamento de aldeias e floresta, inviabilizando a vida local, inclusive dos ribeirinhos, que se aliaram aos Munduruku na demarcação das terras.

Com a pele pintada, imitando casco de jabuti, o guerreiro SawRexatu explica que, além de ser um local onde vivem muitas famílias, SawréMuybu abriga o solo sagrado de DajeKapap, onde nasceram os primeiros Mundurukus, os animais e o Rio Tapajós. “Esse é o portão de entrada do nosso território, viemos proteger a terra para nossos filhos e netos. Para o futuro”. (ARANHA; MOTA, 2014, , não paginado). As recentes tensões entre os Mundurukus, as forças armadas e a polícia federal que, de acordo com o cacique Juarez, “baixou aqui com helicóptero, dois barcos grandes e quarenta motores de popa [barcos menores]”, repercutiram na prisão de 17 indígenas e na morte de Adenilson. O cacique SawMunduruku assegura que se o governo mandar sair, “a gente não sai”; e que se a polícia tentar tirá-los à força, “[...] é o fim do nosso mundo, por que a gente só sai morto” (ARANHA; MOTA, 2014, , não paginado).

O jornal Brasil de Fato tem denunciado os desmandos do capital e, ao mesmo tempo, anunciado o enfrentamento dos povos e comunidades tradicionais para resistir às mediações de segunda ordem do capital. A título de ilustração, vale a pena reproduzir trechos de algumas matérias, publicadas em 2013 e 2014, nos quais é possível constatar que o agronegócio e o neo-extrativismo se constituem no motor que move a ganância dos empresários e de seus intermediários, em nível planetário.

Quadro 1- Brasil de Fato: contradições entre capital e trabalho

Chiapas, México - *A liberdade segundo os zapatistas*. “Ser autônomo significa colocar em prática uma lógica de organização da vida coletiva que elimina as hierarquias verticalizadas.” (CÂMARA, 2013, p. 14).

Paraguai - *Comunidades paraguaias vivem em estado de exceção*. “A Missão de Observação Internacional que visitou quatro departamentos paraguaios com o objetivo de verificar a situação dos direitos humanos de camponeses e indígenas constatou o cometimento de graves violações, principalmente por parte do Estado.” (COMUNIDADES..., 2013, p. 14).

Alagoas, Brasil - *MST reivindica terras às margens do canal do Sertão de Alagoas*. “Famílias ocupam faixa de terra que margeia o canal e exigem desapropriação de 2 mil hectares irrigáveis para assentamento.” (SORIANO, 2013, p. 4).

Chiapas, México - *Zapatistas celebram 20 anos de resistência*. “Acompanhadas por suas bases de apoio e por milhares de simpatizantes de todo o México e de diversos países do mundo, as comunidades zapatistas celebraram nos cinco Carocoles Rebeldes, o 20º aniversário do levante armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).” (LAO, 2014, p. 14).

Brasil - *Encontro em defesa da agroecologia reúne 2 mil pessoas em Juazeiro (BA)*. “Uma pesquisa lançada durante o III Ena, coordenada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mostra que as expectativas não são animadoras. Em outras regiões brasileiras, as extensas áreas irrigadas artificialmente são responsáveis por violações de direitos humanos e acabam por fortalecer as grandes empresas produtoras de alimentos. As consequências mais graves são a expulsão dos agricultores e a contaminação por venenos.” (RESENDE, NOBREGA; TYGEL, 2014, p. 9).

Brasília, Brasil - *Queremos voltar a viver no que é nosso*. “Diante do assassinato incessante de suas lideranças, jovens Guarani-Kaiowá, como Fábio Turibo, vêm assumindo papel de destaque na continuação da luta.” (REIGADA, 2014, p. 7).

Brasil - *Índios comparam ruralistas a bandeirante*. “Diante da possibilidade de mudanças no processo de demarcação de terras, indígenas convocam movimentos sociais para resistir às violações patrocinadas pelo agronegócio.” (ZOCCHIO; MACRUZ, 2014, p. 7).

México - *Não ao plantio de milho transgênico*. “Sincronizada com a Marcha Mundial contra a Monsanto, a segunda edição do Carnaval do Milho celebrou a vida e a diversidade do grão como forma de defesa da soberania alimentar transnacionais.” (LAO, 2014, p. 16).

Brasil - *Omissão do governo é a maior causa da violência contra os indígenas no Brasil*. “O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lança o relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, que sistematiza os dados de violências cometidas contra os povos e comunidades indígenas em 2013.” (BONILHA, 2014, p. 6).

Curuguay, Paraguai - *Dois anos após o golpe, camponeses reclamam de impactos da soja*. “Capitaneada por latifundiários brasileiros, produção industrial voltada para exportação substitui cultivo de alimentos; concentração fundiária no país fragiliza democracia”. (SANTINI, 2014, p. 16).

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com base em reportagens publicadas no jornal Brasil de Fato (2013; 2014).

Neoextrativismo, monocultura, agronegócio, economia verde... Não se trata apenas da existência de contradições entre campo e cidade, mas, fundamentalmente, de contradições entre capital e trabalho, entre vida e morte. Para garantir a reprodução ampliada do capital, o desenvolvimento das forças produtivas caminha no sentido contrário à preservação da vida. Sabemos que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo: em 2010, foram utilizados mais de 800 milhões de litros em nossas lavouras, cabendo o consumo de 5,2 litros a cada brasileiro. Baseando-se em monoculturas geneticamente uniformes (cultivos homogêneos de variedades de laboratório), a chamada Revolução Verde tem como estratégia obter produtividade superior aos cultivos tradicionais. Para garantir as chamadas *variedades de alto rendimento*, a cada safra, novos pacotes tecnológicos precisam ser adquiridos pelo produtor. A substituição da interação simbiótica entre solo, água, plantas e animais da agricultura camponesa pela integração de insumos, sementes e produtos químicos, acaba por fragilizar as culturas, causando desequilíbrios ecológicos na cadeia alimentar. Além disso, o uso crescente de inseticidas, herbicidas e outros agrotóxicos contribui para poluir as águas e extinguir espécies nativas e grande parte da fauna dos rios. Na verdade, o agronegócio representa o avesso dos sistemas agrícolas tradicionais, nos quais os conhecimentos tradicionais sobre a interação solo-planta-água-ecossistema,

[...] são complexos e extremamente diversos (cultivos diversificados com sementes nativas milenares de grande variabilidade genética), e sua produção também envolve a conservação das condições de produtividade. A cada ciclo produtivo da agricultura de base camponesa são utilizadas sementes nativas, solo fertilizado por processos ecológicos da natureza manejados pelos agricultores [...]. O solo é visto como uma unidade viva, rico em organismos que fazem a aeração e a decomposição da matéria orgânica, renovam os nutrientes e fertilizam o solo de um ciclo para o outro. Uma agricultura que projeta futuro para humanidade e para o planeta. (PEREIRA, 2012, p. 687).

No contexto da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), não há como desconsiderar que, nessas comunidades, as mediações de primeira ordem estão fortemente atravessadas por mediações de segunda ordem do capital. As bases materiais e simbólicas, econômico-culturais que fundamentam e dão sustentação à vida na comunidade (mediações de primeira ordem), são constantemente ameaçadas pela racionalidade destrutiva da sociedade produtora de mercadorias, ou seja, da sociedade capitalista. Sérgio Schlesinger (1994) lembra que a dinâmica

de crescimento indefinido do capitalismo tem como suposto um antropocentrismo extremado. Tornando-se estranho a si mesmo, o ser humano

criou a ilusão de que a terra lhe pertence. Com isto, criou também um paradoxo. Todas as demais espécies de vida, vegetais ou animais, ao nascer, conseguem obter da terra seus meios de subsistência. A espécie humana, ao contrário, encontra um planeta totalmente loteado, donde cada palmo de terra já pertence a alguém. [...] O ser humano parece não se dar conta deste absurdo. Alguns poucos prosseguem na tarefa insana de acumular uma quantidade de riqueza que jamais serão capazes de utilizar. (SCHLESINGER, 1994, p. 30).

De parte dos proprietários privados dos meios de produção e de seus representantes, não falta desrespeito às culturas dos povos e comunidades tradicionais, além de invasão, expropriação e outras formas de acumulação por espoliação (HARVEY, 2012). Também não faltam artimanhas para escamotear tensões e conflitos. Ademais de ações de *responsabilidade social empresarial* ou de *responsabilidade ambiental*, do discurso que apregoa a diversidade cultural e a preservação da identidade dos povos e comunidades tradicionais, a novidade é o reconhecimento, para apropriação, dos saberes ancestrais ou tradicionais, entendidos como capital natural¹¹. Tendo em conta que a indústria moderna depende sobremaneira de recursos naturais e dos saberes dos povos e comunidades tradicionais, trata-se de *valorizar* tais saberes para, de fato, valorizar o capital.

No que se refere à posição brasileira, é preciso destacar que o país vem sendo alvo sistemático de biopirataria ou biogrilagem, especialmente por parte dos países mais desenvolvidos que buscam e transformam tanto os conhecimentos tradicionais quanto os recursos genéticos em mercadorias, isto é, em produtos e processos passíveis de apropriação privada por parte, principalmente, de empresas transnacionais. (DEL NERO, 2008, p. 139 apud FILHO, 2010, p. 17).

11 De acordo com Andrade e Romeiro (2009, p. 3), “[...] capital natural pode ser considerado como o estoque de recursos naturais existentes que geram um fluxo de serviços tangíveis e intangíveis direta e indiretamente úteis aos seres humanos, conhecido como renda natural (COSTANZA; DALY, 1992). Em outras palavras, o capital natural é a totalidade dos recursos oferecidos pelo ecossistema terrestre que suporta o sistema econômico, os quais contribuem direta e indiretamente para o bem-estar humano”.

Por serem diversas as mediações de segunda ordem que buscam assegurar o controle sociometabólico do capital, como sobrevivem culturas do trabalho calcadas no encontro dos seres humanos com a natureza, no respeito ao ecossistema e à biodiversidade? Por que podemos dizer que não apenas no Mato Grosso, mas também em diversas regiões do Brasil e da América Latina, esses modos de estar no mundo carregam consigo elementos de produção associada? O que essas culturas milenares nos dizem sobre as relações entre economia e cultura? Seria possível afirmar que a unidade doméstica e os espaços mais amplos de sociabilidade correspondem à unidade básica da sociedade dos produtores livres associados ou dos camponeses livremente associados (MARX, 1991)? O que podemos aprender com os povos e comunidades tradicionais?

Trabalho e educação: fios do econômico e do cultural na tessitura de saberes

O que exige explicação não a unidade de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza [...].

O que tem que ser explicado é a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma separação apenas completada, plenamente, na relação entre o trabalho assalariado e o capital.
Formações Econômicas Pré-Capitalistas, Karl Marx (1991, p. 82).

Os conhecimentos nascem de ações e interrogações que nós, seres humanos inacabados e históricos, fazemos por necessidade e/ou por curiosidade, em relação ao mundo natural e histórico-cultural do qual somos parte. Mediado pelo trabalho, o ser humano transforma, cria e recria a natureza, produz conhecimento e cultura. Como a vida é movimento, qualquer forma de saber é, portanto, uma obra em aberto. Nesse sentido, trabalho e educação não se constituem como dimensões separadas da vida; da mesma maneira, os fenômenos econômicos e culturais “[...] estão em seu surgimento, presos na mesma rede de relações” (THOMPSON, 2001, p. 208)¹². Como parte integrante de processos sociais que criam modos de vida específicos e diferenciados, a cultura só pode ser considerada no contexto mais amplo da produção da vida material e simbólica, atada aos conceitos de sociedade e economia.

12 Em *A miséria da teoria*, Thompson (1981, p. 125) afirma que “[...] termos de junção se situam no ponto de junção entre disciplinas analíticas (como necessidade em economia, que pode ser vista como uma norma em antropologia) ou entre estrutura e processo (como classe e modo de produção)”.

O Campo de Pesquisa Trabalho e Educação parte da premissa do trabalho como princípio educativo¹³, o que requer o desvelamento dos processos de produção da vida material e simbólica. Em outras palavras, requer o (re) conhecimento dos costumes, das tradições, dos valores e do conjunto de conhecimentos que fundamentam as formas de estar no mundo. Por que trabalhamos? Como trabalhamos? Como repartimos os frutos do trabalho? Em que relações sociais se dá nosso metabolismo com a natureza? Para os povos e comunidades tradicionais, por que a natureza é algo sagrado? Por que a racionalidade econômica está assentada na unidade familiar, doméstica ou comunal? Por que o sentimento de territorialidade se sobrepõe à lógica da propriedade da terra? Estudar saberes dos povos e comunidades tradicionais supõe responder essas e outras questões que, em última instância, não são de ordem econômica, nem de ordem cultural, mas econômico-cultural. Ao mesmo tempo, os próprios saberes podem se constituir num ponto de partida profícuo para respondê-las.

Na pesquisa sobre os fios do *econômico* e do *cultural* na tessitura de relações sociais não capitalistas (TIRIBA, 2012, p. 4) denominamos de “[...] espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente [...]” aqueles espaços/tempos em que prevalecem as mediações de primeira ordem do capital, e que, coexistindo com o modo de produção capitalista, apresentam-se em diversas partes do mundo, entre elas nas comunidades onde habitam os povos originários latino-americanos¹⁴. Neles, em particular, homens e mulheres estabelecem relações diretas e profundas com a natureza, distinguindo-

13 “[...] a afirmação remete à relação entre o trabalho e a educação, na qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Seu campo específico de discussão é o materialismo histórico em que se parte do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, do conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade” (CIAVATTA, 2009, p. 408).

14 Tiriba e Fischer (2013, p. 6) assinalam que, “[...] na atualidade, atravessados por mediações de primeira e de segunda ordem, convivem e se entrelaçam, pelo menos, três importantes espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente, nos quais estão presentes, ainda que contraditoriamente, elementos da produção associada e da autogestão do trabalho e da vida social. São eles: a) Espaços/tempos revolucionários, quando são produzidas mudanças estruturais na sociedade, verifica-se a dualidade de poderes ou o confronto entre capital e trabalho se manifesta por meio de revoltas e rebeliões; b) Espaços/tempos da atual crise do capital e do trabalho assalariado, nos quais as estratégias associativas de trabalho e de sobrevivência se configuram como parte integrante da economia solidária, economia popular solidária ou qualquer outra denominação que, embora não sejam sinônimos, anunciam a construção de uma economia alternativa ao capital; c) Espaços/tempos das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais”.

se do modo de vida urbano-industrial. É possível identificar que, nessas comunidades, a vida cotidiana se constitui por mediações primárias, em que

[...] tanto os indivíduos da espécie humana como as entrelaçadas condições culturais/intelectuais/morais/materiais cada vez mais complexas de sua vida são reproduzidos segundo a margem de ação sócio-histórica disponível e cumulativamente ampliada. Entre essas condições estão: a regulação da atividade reprodutora biológica, mais ou menos espontânea e imprescindível, e o tamanho da população sustentável, em conjunto com os recursos disponíveis; a regulação do processo de trabalho, pelo qual o indispensável intercâmbio da comunidade com a natureza produz os bens necessários para gratificação do ser humano. (MÉSZÁROS, 2006, p. 213).

Conforme veremos na caracterização econômica, cultural e ambiental desses grupos, elaborada por Valter Cruz (2012), o trabalho de produzir a vida associativamente requer a produção de modos particulares de ser, conhecer e estar no mundo. Mas, para não romantizar, também é preciso perguntar em que medida a sociedade envolvente interfere no cotidiano de vida e trabalho, na sociabilidade e na construção da identidade cultural de homens, mulheres e crianças. Podemos inferir que, assim como no Estado de Mato Grosso, a própria cultura e suas formas de socialização e transmissão, resultam da experiência de sujeitos individuais e coletivos, considerando não apenas as mediações de primeira ordem, mas também as de segunda ordem do capital.

É Valter Cruz (2012) quem nos ajuda a melhor compreender a particularidade e a generalidade dos espaços/tempo das culturas milenares dos povos e comunidades tradicionais. Afirma que a identificação da população que pertence a estes grupos sociais pode ser assim descrita:

- Povos indígenas;
- Quilombolas;
- Populações agroextrativistas (seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu);
- Grupos vinculados aos rios ou ao mar (ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varzeiros, jangadeiros, marisqueiros);
- Grupos associados a ecossistemas específicos (pantaneiros, caatingueiros, vazanteiros, geraizeiros, chapadeiros) e

- Grupos associados à agricultura ou à pecuária (faxinais, sertanejos, caipiras, sitiantes-campeiros, fundo de pasto, vaqueiros).

Esse autor explica que, além de ser uma *categoria de análise*, de caráter mais técnico ou teórico conceitual, que busca nomear, caracterizar e classificar certas comunidades rurais, o termo *povos e comunidades tradicionais* tem “[...] fortes conotações políticas, tornando-se uma categoria da prática política incorporada como uma espécie de identidade sociopolítica mobilizada por esses diversos grupos na luta por direitos” (CRUZ, 2012, p. 597). Lembrando que, progressivamente, esses termos vêm sendo incorporados pelo próprio Estado brasileiro, vinculados à construção de políticas públicas¹⁵, Cruz nos ajuda a compreender a identidade dos povos e comunidades tradicionais no que diz respeito às suas práticas econômico-culturais e, por conseguinte, às relações entre trabalho, conhecimento e educação.

15 Em 2004 foi criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. O Decreto 6040/2007 estabelece a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Quadro 2 - Características/atributos dos povos e comunidades tradicionais

Relação com a natureza (racionalidade ambiental)	Racionalidade ambiental - relação profunda com a natureza; Modos de vida estão diretamente ligados à dinâmica dos ciclos naturais; Práticas produtivas e uso dos recursos naturais são de base familiar, comunitária ou coletiva; Possuem extraordinária gama de saberes sobre os ecossistemas, biodiversidade e os recursos naturais; Acervo de conhecimento está materializado no conjunto de técnicas e sistemas de uso e manejo dos recursos naturais, adaptado às condições do ambiente em que vivem.
Relação com o território e com a territorialidade	Território tem importância material (base de reprodução e fonte de recursos); Território tem valor simbólico e afetivo (referência para a construção dos modos de vida e das identidades dessas comunidades); Grande diversidade de modalidades de apropriação da terra e dos recursos naturais (apropriações familiares, comunitárias, coletivas).
Racionalidade econômico-produtiva	Assentada na unidade familiar, doméstica ou comunal; Relações de parentesco ou compadrio têm grande importância no exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; Principais atividades econômicas são a caça, a pesca, o extrativismo, a pequena agricultura e, em alguns casos, as práticas de artesanato e artes; A tecnologia utilizada por essas comunidades na intervenção no meio ambiente é relativamente simples, de baixo impacto nos ecossistemas; Há reduzida divisão técnica e social do trabalho; Produtor e sua família dominam todo o processo de produção até o produto final; O destino da produção dessas comunidades é prioritariamente o consumo próprio (subsistência), além de destinarem parte da produção às práticas sociais, como festas, ritos, procissões, folias de Reis, etc.; A relação com o mercado capitalista é parcial: o excedente da produção é vendido e compram-se produtos manufaturados e industrializados.
As inter-relações com os outros grupos da região e autoidentificação	Mantêm inter-relações com outros grupos similares na região onde vivem, relações que podem ser de natureza cooperativa ou conflitiva e é mediante essas formas de interação que as comunidades constroem, de maneira relacional e contrastiva, suas próprias identidades; No processo de construção do sentido de pertencimento, tais grupos são considerados como diferentes da maioria da população da região onde vivem.

Fonte: Quadro produzido pelas autoras com base em Cruz (2012, p. 596-602).

Nas características/atributos listadas com base no autor, é possível identificar, claramente, os fios do econômico e do cultural que tecem o modo de vida desses povos: como trabalham, por que trabalham, como repartem os frutos do trabalho, em que relações sociais se dá o metabolismo entre ser humano e natureza, etc. Os conhecimentos que daí resultam têm neste quadro uma fonte importante para análise. Chama a atenção – através da leitura dos atributos – que as mediações de primeira ordem são as evidenciadas – sugerindo que as mesmas se sobrepõem às de segunda ordem. É que, portanto, a origem, o processo e os fins dos conhecimentos produzidos estão em direta relação com este fato.

Podemos observar diversos indicadores do trabalho de produzir a vida associativamente, ou melhor, do trabalho associado. O processo se caracteriza por reduzida divisão social e técnica, o que propicia ao conjunto da comunidade o conhecimento de todo o processo de trabalho. Os frutos do trabalho são, majoritariamente, para a manutenção da vida material e simbólica das famílias e das comunidades (sobrevivência) – e não para fins de troca mercantil. A relação com a natureza é de intercâmbio e de equilíbrio vital.

Todos estes atributos indicam que o rico e vasto conhecimento que é produzido resulta desse modo de trabalhar e viver e nos alerta para a complexidade dos saberes e valores dos povos e comunidades tradicionais. Poderíamos citar, por exemplo, a prática do *muxirum* – denominação própria das comunidades para mutirão – que é um regime de mutualidade. Essa prática, constatada em muitas pesquisas, ilustra os vínculos entre trabalho e educação e, também, entre economia e cultura. Referindo-se à comunidade de Capão Verde em Mato Grosso, Caetano e Neves nos contam que

O *muxirum* é um tipo de atividade em que, durante a semana, eles realizavam uma ação - plantar, carpir, colher - na roça de uma pessoa, no outro dia na roça de outro e assim por diante. O trabalho que uma pessoa realizaria em uma semana é realizado coletivamente em um dia. Essa prática aumenta a produção, diminui o dispêndio de força física e institui relações de solidariedade, cooperação, amizade, parceria, entre outras. (CAETANO, NEVES, 2013, p. 266).

De forma mais específica, ao falar da racionalidade ambiental (relação com a natureza), Cruz (2012, p. 598) afirma que “[...] esses grupos possuem extraordinária gama de saberes sobre os ecossistemas, biodiversidade e os recursos naturais [...]” e que “[...] o acervo de conhecimento está materializado no conjunto de técnicas e sistemas de uso e manejo dos recursos naturais, adaptado

às condições do ambiente em que vivem”. Sem dúvida, esses conhecimentos têm sido constatados em várias pesquisas, como é o caso dos estudos sobre a fabricação da canoa pantaneira na região de Mato Grosso: “Este conhecimento, assim como outros relacionados à natureza e a toda a dinâmica da vida, são técnicas necessárias à sobrevivência do habitante local e à sustentabilidade ambiental” (GPEA/UFMT/NAU, 2013, p. 37)¹⁶. Mais uma vez, fica clara a centralidade do trabalho para analisar as origens, o processo e os fins do conhecimento socialmente produzido. Aqui, novamente, se evidencia a relação entre economia e cultura: a canoa enquanto instrumento de trabalho e, ao mesmo tempo, elemento da cultura material que simboliza a vida e o modo de ser pantaneiro.

No entanto, como evidenciado anteriormente no Quadro 1 *Brasil de Fato: contradições entre capital e trabalho*, todo cuidado é pouco para não idealizar. Se as comunidades e povos tradicionais estão atravessados, também, pelas mediações de segunda ordem é preciso, obviamente, atentar para as consequências – incluindo as reações das comunidades – das relações entre o trabalho e os processos de produção, transmissão e socialização de saberes. Indicamos, por exemplo, uma situação vivida pela Comunidade Tradicional Imbê, na Baixada Cuiabana (Mato Grosso), na constituição de uma pequena agroindústria de produção de derivados da cana-de-açúcar com benefícios para os associados e para a comunidade.

A tecnologia e o conhecimento (inclusive as máquinas utilizadas, a assessoria de órgãos como o SEBRAE e o financiamento do Banco do Brasil) que vêm de fora são incorporados, intencionalmente, a partir de valores e saberes associativos existentes na comunidade, tanto originários de práticas coletivas tradicionais como de outras que resultam de atuais reflexões sobre produção associada e educação popular. [...] Todavia, os produtos da agroindústria são para o mercado externo. Este fato torna-se um desafio para a vida da comunidade. Afinal, participar de trocas mercantis (neste momento priorizando governo estadual, municipais e outras cooperativas), pode vir a ter repercussão sobre o que e como produzir [e que tipo de conhecimento resulta daí]. (TIRIBA; FISCHER, 2013, p. 13).

16 Outra descrição em detalhes sobre a feitura da canoa em Joselândia pode ser encontrada em Quadros, Sato e Correia-Filho (2011).

Em pesquisas sobre as relações entre trabalho, cultura e educação, realizadas em comunidades tradicionais de Mato Grosso¹⁷, busca-se identificar e analisar os saberes que permeiam a experiência do trabalho de produzir a vida associativamente. O patrimônio de saberes das comunidades – formas de viver, trabalhar, produzir conhecimento e cultura – e suas interfaces com outros saberes – escolares, técnicos não tradicionais, etc. – é estudado com vistas a apreender e compreender as características do trabalho – em seu sentido ontológico e histórico – e da cultura. Pode-se verificar que, para enfrentar as tensões oriundas das relações das comunidades e grupos com a sociedade envolvente, há um esforço de criar formas de reconhecer e resgatar o patrimônio tradicional e, ao mesmo tempo, abrir-se para incorporação de conhecimentos que reforcem e ou aperfeiçoem tal patrimônio em função de necessidades atuais. Isto é, as relações entre o conhecimento *tradicional* e o *técnico-científico*, produzido pela ciência moderna e veiculado de diferentes formas (escola, organizações científicas, organizações não governamentais, movimentos sociais, entre outras instituições), acontecem em função de projetos e perspectivas políticas e de necessidades das comunidades e povos tradicionais.

Para investigar as relações entre economia e cultura em povos e comunidades tradicionais: desafios do Campo Trabalho e Educação

Na Grande Enciclopédia Delta-larousse vou buscar uma definição de pantaneiro: “Diz-se de, ou aquele que trabalha pouco, passando o tempo a conversar”.

Passando o tempo a conversar pode que se ajuste a um lado da verdade; não sendo inteira verdade. Trabalha pouco, vírgula.

Natureza do trabalho determina muito. Pois sendo a lida nossa de a cavalo, é sempre um destampo de boca. Sempre um desafiar. Um porfiar inerente. Como faz o bacurau.

No conduzir de um gado, que é tarefa monótona, de horas inteiras, às vezes de dias inteiros – é no uso de cantos e recontos que o pantaneiro encontra o seu ser. Na troca de prosa ou de montada, ele sonha por cima das cercas. É mesmo um trabalho na larga, onde o pantaneiro pode inventar, transcender, desorbitar pela imaginação.

Porque a maneira de reduzir o isolado que somos dentro de nós mesmos, rodeados de distâncias e lembranças, é botando apelidos, contando lorotas. É, enfim, através das vadias palavras, ir alargando os nossos limites. [...]
Lides de campear, Manuel de Barros (2010, p. 208-209).

17 Referimo-nos às seguintes pesquisas, orientadas pelo professor Edson Caetano, que resultaram em dissertações de mestrado realizadas pelo Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação – GPTE/UFMT: *A produção associada em Capão Verde: entre bananas, saberes e utopias* (NEVES, 2012); *A associação comunitária e de micro produtores rurais de São Pedro de Joselândia: um estudo sobre trabalho e produção de saberes* (AZEREDO, 2013); *Trabalho, produção associada e produção de saberes na comunidade tradicional Imbê-MT* (SANTOS, 2013); *O movimento dos saberes na produção da vida na comunidade quilombola Campina de Pedra* (GUERINO, 2013).

O escopo deste artigo não nos permite desenvolver uma necessária e pertinente reflexão sobre a natureza dos conhecimentos das culturas milenares e seus desencontros – e alguns encontros – com os produzidos pela ciência moderna. Tampouco foi possível discutir como as comunidades e povos tradicionais vêm produzindo estratégias para se relacionarem com os conhecimentos técnico-científicos. Os atores da construção de uma abordagem da agroecologia, cuja base social é a agricultura familiar camponesa e os povos e comunidades tradicionais, vêm desenvolvendo diálogos entre o conhecimento das culturas milenares e os técnico-científicos, numa perspectiva de consolidação desses grupos. Por outro lado, também não foram analisadas as formas como a valorização daqueles conhecimentos pela sociedade envolvente tem servido para a valorização do capital. Aqui caberia aprofundar, por exemplo, a incorporação dos saberes das comunidades como capital natural.

Mais do que tudo, o propósito deste artigo foi socializar algumas notas de pesquisa, com várias questões em aberto. Queremos (re)conhecer saberes tecidos em relações entre economia e cultura nas comunidades e povos tradicionais. Realizar, portanto, inventários e análises dos processos de produção e transmissão desses saberes da experiência de produzir a vida em comunidade. Para isso, descrever como se dá a organização da própria vida. Queremos aprender *com* os povos e comunidades tradicionais como estabelecem relações econômico-culturais e que conhecimentos e valores permeiam tais relações. Com eles compreender, então, outras formas de encontro dos seres humanos com a natureza e, dessa maneira, ampliar nossos horizontes sobre o significado do trabalho como princípio educativo – desafio permanente para o Campo de Pesquisa em Trabalho e Educação (TE).

Algumas interrogações desafiam o Campo TE: Como as dimensões ontológicas e históricas do trabalho humano se expressam nos espaços-tempo das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais? Que lugares ocupam e como se articulam à categoria trabalho *vis a vis* outras categorias, como território, territorialidade, comunidade e identidade? O que as formas de trabalho e de vida nos indicam sobre sociedades de produtores livremente associados? Como estão sendo analisadas tais formas de trabalhar e viver à luz dos polêmicos e polissêmicos conceitos de *progresso e/ou resistência*?¹⁸

Para conhecer os saberes das comunidades e povos tradicionais, partimos das premissas de que o trabalho é princípio educativo, que economia e cultura se co-determinam. Assumimos a historicidade, as contradições e as mediações

18 Para o marxista peruano José Mariátegui (2011, p. 144), devemos ser contrários à filosofia evolucionista, historicista e racionalista que elege o “[...] progresso [...] como o único caminho para a humanidade. Como ele, acreditamos que, se fortalecida a organização econômica coletiva, os [...] povos de economia rudimentar” não precisarão “sofrer a longa evolução pela qual passaram outros povos”.

de primeira e segunda ordem constitutivas das relações ser humano-natureza. É nesta linha de raciocínio que consideramos que a reconstrução histórica das características atuais da formação social dos espaços-tempos dos povos e comunidades tradicionais precede a investigação dos saberes em si. E, por outro lado, que os próprios saberes são manifestação – ou porta de entrada – para se conhecer a formação social analisada na sua dinâmica como totalidade histórica. Mas, outras questões permanecem: o que está em jogo nas disputas entre comunidades e povos tradicionais e grandes empresas em relação ao seu patrimônio de conhecimentos? Como tem se desenvolvido a ciência moderna frente ao desenvolvimento das forças produtivas do capital? Por que o conhecimento tradicional e/ou ancestral passa a ser, paradoxalmente, desejado para a continuidade deste *progresso* capitalista? Nesse contexto, é importante perguntar quais as relações entre saber e poder presentes nos processos de produção e validação dos conhecimentos das comunidades e povos tradicionais, promovidos pelas instituições governamentais e não governamentais. Como participam os sujeitos pesquisados nos processos e resultados da investigação?

Conhecer os saberes de povos e comunidades tradicionais tem sido objetivo de vários campos de conhecimento científico. Ressalta-se a Antropologia e o campo da Educação Ambiental como lugares de rica e extensa produção acadêmica que, além de contribuir com o conhecimento sobre os saberes desses grupos, têm desenvolvido procedimentos metodológicos específicos que muito colaboram com as pesquisas desenvolvidas. O necessário trabalho de campo que a pesquisa sobre os saberes demanda tem nessas áreas e disciplinas do conhecimento e na pesquisa qualitativa produção já consolidada. Lembremos, por exemplo, a observação participante, estudos de caso, entrevistas narrativas, estudo de histórias de vida, o uso da imagem na pesquisa (como fotografia e vídeo), entre outros procedimentos. Importante, também, enfatizar o legado da educação popular e da pesquisa participante que têm, como princípio, o conhecimento a serviço da transformação social e, como condição, a busca de procedimentos epistemológicos consistentes e coerentes com tal intencionalidade. Trata-se certamente de um trabalho interdisciplinar, de mútua colaboração e abertura para o diálogo. Como indicamos no início deste texto, não é o caso de aprisionar a investigação em campos, modos e protocolos específicos de pesquisa. É preciso mirar a vida real de diferentes ângulos, buscando referenciais teóricos diversos para visibilizar suas múltiplas dimensões. Este é o nosso propósito e desafio permanente.

Queremos, sobretudo, contribuir com pesquisadores/as e com as comunidades e povos tradicionais nos processos de (re)conhecimento de suas formas de ser, estar e pensar o mundo que vão *de* encontro à lógica destrutiva da vida humana e da natureza impostas pelo capital. Tarefa, com certeza, coletiva.

Referências

ANDRADE, Daniel Caixeta; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Capital Natural, Serviços Ecológicos e Sistema Econômico**: rumo a uma “Economia dos Ecossistemas”. Disponível em: <http://www.anpec.org.br_2009_htm>. Acesso em: 07 fev. 2015.

ARANHA, Ana; MOTA, Jéssica. A batalha pela fronteira Munduruku. **Brasil de Fato**, São Paulo, não paginado, 11 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.brasiledefato.com.br/node/30800>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

AZEREDO, Eloísa Rosana de. **A associação comunitária e de micro produtores rurais de São Pedro de Joselândia**: um estudo sobre o trabalho e produção de saberes. 2013. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

BARROS, Manoel. Lides de Campear. In: BARROS, Manoel. **Poesia Completa**. São Paulo: Leya, 2010. p. 208-209.

BONILHA, Patrícia. Omissão do governo é a maior causa da violência contra os indígenas no Brasil. **Brasil de Fato**, São Paulo, n. 596, p. 6, 31 jul.-06 ago. 2014.

CAETANO, Edson. Grupo de pesquisa trabalho e educação - GPTE (UFMT) - considerações sobre o binômio Trabalho e Educação: um olhar pantaneiro. **Trabalho Necessário**, v. 9, n. 13, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/index.php/numeros-antecedentes/2-uncategorised/18-tn13>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

_____.; NEVES, Camila Emanuella Pereira. Saberes da produção associada: implicações e possibilidades. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 259-274, set./dez. 2013.

CÂMARA, Marcelo Argenta. A liberdade segundo os zapatistas. **Brasil de Fato**, São Paulo, n. 548, p. 14, 29 ago.-04 set. 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França (Org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. p. 408-415.

COMUNIDADES paraguaias vivem em estado de exceção. **Brasil de Fato**, São Paulo, n. 561, p. 14, 28 nov.-04 dez. 2013.

CRUZ, Valter do Carmo. Povos e comunidades tradicionais. In: CALDART, Roseli et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012. p. 594-600.

DEL NERO, Patrícia Aurélia. **Biocnologia**: análise crítica do marco jurídico regulatório. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 139.

FILHO, Severino Miguel dos Santos. **Propriedade Intelectual na Relação Sociedade-Natureza**: apropriação de conhecimentos de oriundos de comunidades que utilizam práticas tradicionais relativas a plantas medicinais. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio ambiente)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: _____. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. São Paulo: Vozes, 1998. p. 25-54.

GPEA/UFMT/NAU. **Cartografia dos saberes de Joselândia**. Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

GUERINO, Mariana de Fátima. **O movimento dos saberes na produção da vida na Comunidade Quilombola Campina de Pedra**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LÁBREA, Eduardo Sá de. Mutirões indígenas agroflorestais promovem a agroecologia na Amazônia. **Brasil de Fato**, São Paulo, n. 612, p. 11, 20-26 nov. 2014.

LAO, Waldo. Zapatistas celebram 20 anos de resistência. **Brasil de Fato**, São Paulo, n. 570, p. 14, 30 jan.-05 fev. 2014.

_____. Não ao plantio de milho transgênico. **Brasil de Fato**, São Paulo, n.589, p.16, 12-18 jun. 2014.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos**: economia e filosofia. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Introdução Eric Hobsbawm. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. Introdução à crítica da economia política. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NEVES, Camila Emanuella Pereira. **A produção associada em capão verde**: entre bananas, saberes e utopias. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/ Expressão Popular, 2012. p. 685-691.

QUADROS, Imara; SATO, Michèle; CORREIA-FILHO, Januário. **No caminho das águas, a feitura da canoa**. Cuiabá: GPEA-UFMT, 2011. (Série Cadernos Pedagógicos),

REIGADA, Cecília. Queremos voltar a viver no que é nosso. **Brasil de Fato**, São Paulo, n. 588, p.7, 05-11 jun. 2014.

RESENDE, Gilka; NOBREGA, Camila; TYGEL, Alan. Encontro em defesa da agroecologia reúne 2 mil pessoas em Juazeiro (BA). **Brasil de Fato**, São Paulo, n. 586, p. 9, 22-28 maio 2014.

SANTINI, Daniel. Dois anos após o golpe, camponeses reclamam de impactos da soja. **Brasil de Fato**, São Paulo, n. 600, p.16, 28-03 set. 2014.

SANTOS, Lirian Keli dos. **Trabalho, produção associada e produção de saberes na comunidade tradicional IMBÊ-MT**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em de Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

SATO, Michèle et al. **Mapeando os territórios e identidades do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT, 2013.

SCHLESINGER, Sergio: **Dívida externa**: questão do passado? Rio de Janeiro: PACS, 1994.

SORIANO, Rafael. MST reivindica terras às margens do canal do Sertão de Alagoas. **Brasil de Fato**, São Paulo, n. 564, p. 4, 19-25 dez. 2013.

THOMPSON, Edward. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 269-281.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica do pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TIRIBA, Lia. **Trabalho, educação e produção associada**: fios do “econômico” e do “cultural” na tessitura de relações sociais não capitalistas (Projeto de pesquisa). 2012. 19 fl. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

_____; FISCHER, Maria Clara Bueno. Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida. **Associativamente Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 527-551, maio/ago. 2013.

ZOCCHIO, Guilherme; MACRUZ, Beatriz. Índios comparam ruralistas a bandeirante. **Brasil de Fato**, São Paulo, n. 589, p. 7, 12-18 jun. 2014.

ZONTA, Márcio. O domínio das mineradoras no Pará. **Brasil de Fato**, São Paulo, n. 607, p. 7, 16-22 out. 2014.

Recebimento em: 20/02/2015.

Aceite em: 17/03/2015.